



Demonstrações Financeiras

Wise Brasil Instituição de Pagamentos Ltda

31 de dezembro de 2025

ÍNDICE

Relatório da Administração.....	3
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	4
Balanço Patrimonial.....	7
Demonstração do Resultado.....	8
Demonstração do Resultado Abrangente.....	9
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....	10
Demonstração dos fluxos de caixa.....	11
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras:	
1. Contexto Operacional	12
2. Apresentação das Demonstrações Financeiras	12
3. Resumo das Principais Práticas Contábeis	13
4. Caixa e equivalentes de Caixa	17
5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	18
6. Títulos e Valores Mobiliários	18
7. Outros Ativos Financeiros	18
8. Ativos e Obrigações Fiscais Correntes e Diferidos	18
9. Outros Ativos	19
10. Contas de Pagamento Pré-Paga	19
11. Outros Passivos	19
12. Provisão para Pagamentos	19
13. Provisão para Contingências	19
14. Patrimônio Líquido	20
15. Receitas de Prestação de Serviços	20
16. Resultado de Intermediação Financeiro	20
17. Despesas com Pessoal	20
18. Despesas Gerais Administrativas	20
19. Despesas Tributárias	21
20. Despesas com Provisões	21
21. Outras Receitas/(Despesas) Operacionais Líquidas	21
22. Imposto de Renda e Contribuição Social	21
23. Resultado Recorrente e Não Recorrente	22
24. Partes Relacionadas	22
25. Gerenciamento de Riscos	23
26. Rateio de Custos (Cost Sharing)	24
27. Preço de Transferência (Transfer Pricing)	24
28. Outras informações	24
29. Eventos Subsequentes	24

Senhores Sócios:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações financeiras da Wise Brasil Instituição de Pagamento Ltda., relativas ao semestre findo em 31 de dezembro de 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas das notas explicativas e relatório dos auditores independentes com valores apresentados em milhares de reais (R\$ mil).

Patrimônio Líquido e Resultado

A Wise Brasil Instituição de Pagamento Ltda. ("Wise IP") iniciou suas operações como Instituição de Pagamento Não Autorizada. No entanto, devido ao rápido crescimento e desempenho sólido, em abril de 2022, a empresa alcançou o marco de R\$ 300 milhões em volume operado, qualificando-a para obter a condição de Instituição de Pagamento Autorizada. Em julho do mesmo ano, a Wise formalmente apresentou a solicitação ao Banco Central do Brasil para essa autorização, em setembro de 2024 ocorreu a aprovação.

Em 31 de dezembro de 2025, o patrimônio líquido atingiu o montante de R\$ 16.044. O resultado apresentado no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi lucro de R\$ 4.229.

Ativos e Passivos

Em 31 de dezembro de 2025, os ativos totais atingiram o valor de R\$ 1.292.348. Deste montante, destacamos que R\$ 972.867 são referentes a Aplicações Interfinanceiras de Liquidez. Passivos, por sua vez, totalizam R\$ 1.276.304 enquanto o Patrimônio Líquido é representado por R\$ 16.044.

Outras Informações

A política de atuação da Wise Brasil Instituição de Pagamento Ltda. na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes se fundamenta em normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria.

A Wise Brasil Instituição de Pagamento Ltda. informa que no exercício findo de 31 de dezembro de 2025, não foram prestados pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. e outras firmas-membro outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria independente.

Ademais, a Wise Brasil Instituição de Pagamento Ltda. esclarece que a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda, confirma que sua administração dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria externa. Referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor, acima mencionados.

Colocamo-nos à disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

São Paulo, 26 de Março de 2026.

Os Administradores



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Wise Brasil Instituição de Pagamentos Ltda.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Wise Brasil Instituição de Pagamentos Ltda. ("Wise IP"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Wise IP, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Informações comparativas

Chamamos a atenção para a Nota 2 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa de apresentação das cifras comparativas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, conforme previsto na Resolução nº 352 do Banco Central do Brasil (BCB). Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Wise IP é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.



Wise Brasil Instituição de Pagamentos Ltda.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Wise IP é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BCB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Wise IP continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Wise IP ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Wise IP são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



Wise Brasil Instituição de Pagamentos Ltda.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Wise IP.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Wise IP. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Wise IP a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 26 de março de 2026

PricewaterhouseCoopers
Audidores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by
Daniel Naves Marteletto
Assinado por: DANIEL NAVES MARTELETTO 06260972960
CPF: 06260972960
Data/hora da Assinatura: 26 de março de 2026 | 17:47 BRT
O: ICP-Brasil, OU: PricewaterhouseCoopers
C: BR
E-mail: AC CertSign RFB 05
60626091600400

Daniel Naves Marteletto
Contador CRC 1MG105346/O-2

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2025

Valores expressos em milhares de reais – R\$ mil

	Nota	31/12/2025
Ativo Circulante		1.289.257
Disponibilidades		52.921
Depósitos Bancários	4	52.921
Instrumentos Financeiros		1.087.652
Mensurados ao Custo Amortizado		1.087.652
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	972.867
Título e Valores Mobiliários	6	11.808
Outros Ativos Financeiros	7	103.990
Provisão p/ Perdas Associadas ao Risco de Outros Créditos	7	(1.013)
Outros		148.684
Ativos Fiscais Correntes	8	25.018
Outros Ativos	9	123.666
Ativo Não Circulante		3.091
Outros		3.091
Ativos Fiscais Diferidos	8 e 22	3.091
Total do Ativo		1.292.348
Passivo Circulante		1.276.304
Passivos Financeiros e Demais Instrumentos Financeiros		961.064
Mensurados ao Custo Amortizado		961.064
Outros Passivos Financeiros		961.064
Contas de Pagamento Pré-Pagas	10	943.920
Outros Passivos	11	17.144
Outras Obrigações		315.240
Obrigações Fiscais Correntes	8	10.138
Provisão para Pagamentos	12	305.102
Patrimônio Líquido	14	16.044
Capital Social		16.351
Prejuízos Acumulados		(307)
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		1.292.348

Demonstração do Resultado para o Semestre Findo em 31 de dezembro de 2025 e para o Exercício Findo em 31 de dezembro de 2025

Valores expressos em reais – R\$ mil

	Nota	2º Semestre	31/12/2025
Receitas Operacionais			
Receitas de Prestação de Serviços	15	63.861	96.421
Total Receitas Operacionais		63.861	96.421
Resultado da Intermediação Financeira			
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	16	50.546	83.291
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	16	26	41
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		50.572	83.332
Despesas Operacionais			
Despesas com Pessoal	17	(30.300)	(47.872)
Despesas Gerais e Administrativas	18	(43.991)	(72.185)
Despesas Tributárias	19	(11.706)	(15.518)
Despesas com provisões	20	(1.703)	(3.431)
Outras Receitas/ (Despesas) Operacionais Líquidas	21	(20.267)	(31.641)
Total das Despesas Operacionais		(107.967)	(170.647)
Resultado Operacional		6.466	9.106
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social			
Imposto de Renda	22	(2.554)	(3.744)
Contribuição Social	22	(700)	(1.133)
Lucro Líquido		3.212	4.229
Resultado Líquido por Quota		0,20	0,26

Demonstração do Resultado Abrangente para o Semestre Findo em 31 de dezembro de 2025 e para o Exercício Findo em 31 de dezembro de 2025

Valores expressos em reais – R\$ mil

	2º Semestre	31/12/2025
Resultado Líquido do Semestre e Exercício	3.212	4.229
(+/-) Outros Resultados Abrangentes	-	-
Resultado Abrangente do Semestre e Exercício	3.212	4.229

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para o Semestre Findo em 31 de dezembro de 2025 e para o Exercício Findo em 31 de dezembro de 2025

Valores expressos em reais – R\$ mil

	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	16.351	(4.536)	11.815
Lucro Líquido do Exercício	-	4.229	4.229
Saldos em 31 de dezembro de 2025	16.351	(307)	16.044

	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Total
Saldos em 30 de junho de 2025	16.351	(3.519)	12.832
Lucro Líquido do Semestre	-	3.212	3.212
Saldos em 31 de dezembro de 2025	16.351	(307)	16.044

Demonstração do Fluxo de Caixa para o Semestre Findo em 31 de dezembro de 2025 e para o Exercício Findo em 31 de dezembro de 2025

Valores expressos em reais – R\$ mil

Método indireto

	Notas Explicativas	2º Semestre	31/12/2025
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		6.466	9.106
Ajustes ao lucro líquido			
Remuneração Renda Fixa	16	(9)	(12)
Provisão para Perdas		125	203
Varição Cambial Ativa	21	(1.217)	(2.761)
Varição Cambial Passiva	21	1.214	2.718
Receitas Diferidas		(206)	(368)
Provisões para Contingências	13	1.485	2.160
Outras Provisões Multas	20	-	1.000
Resultado Ajustado		7.858	12.046
Atividades Operacionais			
Varição de Ativos e Passivos		(15.497)	(34.561)
Redução/(Aumento) de Instrumentos Financeiros	5,6,7	(292.561)	(241.614)
Redução/(Aumento) de Outros Ativos	9	(60.008)	(110.771)
(Redução)/Aumento de Passivos Financeiros e Demais Instrumentos Financeiros	7	396.822	384.069
(Redução)/Aumento de Outras Obrigações	10,11	(58.825)	(64.805)
Imposto de renda e contribuição social pagos	8	(925)	(1.440)
Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais		(7.639)	(22.515)
Redução Líquido de Caixa e Equivalente de Caixa		(7.639)	(22.515)
Modificações na Posição Financeira			
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Semestre e Exercício		60.560	75.436
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Semestre e Exercício		52.921	52.921
Redução Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa		(7.639)	(22.515)

Notas Explicativas

1. Contexto Operacional

A Wise Brasil Instituição de Pagamentos Ltda ("Wise IP"), com endereço na Rua Girassol, nº 555, 1º andar, Vila Madalena, São Paulo, foi estabelecida em 26 de janeiro de 2021 como uma sociedade limitada. Seu principal foco é a emissão de cartões e instrumentos de pagamento, abrangendo tanto a forma física quanto a virtual. A Wise Brasil Instituição de Pagamento é controlada pela Wise Payments Limited, uma sociedade constituída e existente em conformidade com as leis do Reino Unido.

Além da emissão de cartões, a Wise IP tem como objetivo fornecer outros serviços, como a integração entre plataformas para facilitar suas operações, prestação de serviço de aporte ou saque de recursos em contas de pagamento, execução de instruções de pagamento e remessa de fundos relacionados a contas de pagamento. A Wise IP também se dedica à gestão de contas de pagamento do tipo pré-pago, conversão de moeda física ou escritural em moeda eletrônica, e outras atividades correlatas à prestação de serviços de pagamento.

Na data 17 de setembro de 2024, o Banco Central do Brasil homologou a licença de Instituição de Pagamento aumentando a rigidez regulatória desta instituição e possibilitando a implementação de novos serviços a partir da integração ao Pix e ao ambiente de *Open Finance*. Posteriormente, a Wise IP integrou-se ao sistema de pagamentos instantâneos (Pix), onde, segundo a lista de participantes ativos publicada pelo Banco Central em 30 de julho de 2025, consta com o status "Ativo em operação plena", atuando como participante indireto na modalidade Provedor de Conta Transacional.

2. Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Wise IP foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen e com as Leis das Sociedades por Ações Lei nº 6.404/1976, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/2007 com observância às interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e associadas às normas e Resoluções estabelecidas pelo Bacen e o Conselho Monetário Nacional (CMN), apresentadas em conformidade com a Resolução BCB nº 02/2020 e normativos complementares.

As demonstrações financeiras da Wise IP foram elaboradas com base nas práticas contábeis mencionadas acima com o propósito específico de sua apresentação ao Bacen, como parte integrante do processo de obtenção da licença junto ao referido órgão. As presentes demonstrações não foram elaboradas para fins de atendimento aos requisitos estatutários/societários.

Na elaboração das demonstrações financeiras para fins de atendimento aos requisitos societários os saldos de resultado seriam apurados com base nas Leis das Sociedades por Ações Lei nº 6.404/1976, incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/2007 com observância às interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). No entanto, não há diferenças de saldos e resultados entre às presentes demonstrações financeiras e as que seriam aplicáveis para fins de atendimento aos requisitos societários.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

A Wise IP, na elaboração de suas demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo Bacen:

Pronunciamentos CPC	Resolução BCB
CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro	120/21
CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos	120/21
CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa	02/20
CPC 04 (R1) – Ativo Intangível	07/20
CPC 05 (R1) – Divulgação sobre Partes Relacionadas	02/20
CPC 06 (R2) – Arrendamentos	178/22
CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações	08/20
CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	120/21
CPC 24 – Evento Subsequente	02/20
CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	09/20
CPC 27 – Ativo Imobilizado	06/20
CPC 28 – Propriedade para Investimento	170/21
CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados	59/20

A partir de 1º de janeiro de 2025, entrou em vigor a Resolução CMN nº 4966/21, a qual define novos critérios para instrumentos financeiros, incluindo classificação, mensuração e provisão para perdas associadas ao risco de crédito. Em complemento a essa resolução, foi publicada a Resolução BCB nº 352/23, o qual dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como procedimentos contábeis para a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros, taxa de juros efetiva, constituição de perdas associadas ao risco de crédito e divulgação de informações explicativas sobre instrumentos financeiros. As normas são aplicáveis às instituições financeiras e entidades autorizadas pelo Banco Central do Brasil.

A Administração da Wise IP avaliou detalhadamente os impactos da adoção dessas normas, incluindo a realização de estudos técnicos e análises internas com base em sua carteira atual de instrumentos financeiros. Como resultado dessa avaliação, concluiu-se que não houve impactos relevantes decorrentes da adoção dos novos critérios contábeis. Mais especificamente:

- Não houve impactos na classificação, precificação e mensuração dos instrumentos financeiros, uma vez que os ativos financeiros já atendiam aos critérios previstos nas novas regulamentações;
- Não houve impacto relevante na constituição da provisão para perdas associadas ao risco de outros créditos, considerando que a metodologia atual de apuração segue os parâmetros definidos na política global da instituição, a qual já está alinhada com os princípios previstos nas novas normas;
- Os saldos negativos nas contas dos clientes (descobertos) são tratados com base nessa política global e as perdas são reconhecidas conforme os critérios de irrecuperabilidade previamente definidos.

A WISE IP optou pela adoção da faculdade prevista no artº 102 da Resolução BCB nº 352 quanto a não apresentação das demonstrações contábeis comparativas a períodos anteriores para os períodos de 2025.

Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais. O Real é a moeda funcional e de apresentação da Wise IP.

As transações em moeda estrangeira são contabilizadas, no seu reconhecimento inicial, na moeda transacional, aplicando-se a taxa de câmbio à vista entre a moeda funcional e a moeda estrangeira na data da transação. A taxa utilizada para conversão de ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira é a da data de fechamento. Os efeitos da variação cambial sobre as operações de moeda estrangeira estão distribuídos nas linhas das demonstrações do resultado conforme a natureza das respectivas contas patrimoniais.

A Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 26 de março de 2026.

3. Resumo das Principais Práticas Contábeis

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no princípio da continuidade operacional, com base no custo histórico, exceto quando mencionado de outra forma nas práticas contábeis a seguir:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, o saldo de caixa e equivalentes de caixa é representado integralmente por disponibilidades em moeda nacional mantidas em depósitos bancários. Tais recursos possuem alta liquidez, disponibilidade imediata e são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, apresentando risco insignificante de mudança de valor.

b) Apuração do Resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

c) Ativos e Passivos Circulantes

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo quando aplicável: os rendimentos, encargos e variações monetárias auferidos e/ou incorridos até a data do balanço calculados “pro rata” dia e, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos são classificados de acordo com o modelo de negócios adotado pela companhia. No caso aplicado à atual carteira, sua classificação está enquadrada como Custo amortizado, e independentemente da sua data de vencimento, serão classificados integralmente no curto prazo.

d) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

O PIS (1,65%) e a COFINS (7,60%) são calculados sobre as receitas da atividade ou objeto principal da pessoa jurídica e PIS (0,65%) e a COFINS (4,65%) são calculados sobre receitas financeiras auferidas pela entidade. As despesas de PIS e COFINS são registradas em despesas tributárias.

e) Provisão para Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

A provisão para IRPJ é constituída a alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida do adicional de 10% e a provisão para a CSLL é constituída a alíquota de 9%. O imposto de renda diferido é calculado sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas de impostos definidas atualmente são usadas para se determinar o imposto de renda diferido, no caso, para IRPJ 25%, e para a CSLL 9%, observando a majoração da alíquota da CSLL para os períodos futuros, conforme previsto na LC 224/2025.

Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa também são constituídos com base nas alíquotas acima mencionadas e consideram as disposições da Resolução BCB 15/2020, alterada pela Resolução 367/2024 quanto aos aspectos de recuperabilidade.

f) Instrumentos Financeiros

Instrumento Financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade. Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial da empresa quando a empresa for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

Os instrumentos financeiros da Wise IP estão avaliados de acordo com as diretrizes contábeis estabelecidas pela Resolução BCB nº 352/2023, e são classificados na categoria de títulos ao Custo Amortizado, Valor Justo no Resultado e Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes, quando aplicável, em acordo com os modelos de negócio estabelecidos (Coletar fluxos de caixa contratuais; Coletar fluxos de caixa contratuais e vender, e outros), e no resultado do teste de *SPP*, para observação se os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo, exceto pelas contas a receber que não possuem componente de financiamento significativo e que são mensuradas ao preço da transação. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado), são acrescidos ao/ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Os ativos financeiros classificados como recebíveis são apresentados nas rubricas de outros ativos financeiros do Balanço Patrimonial. São mensurados pelo seu custo amortizado.

Classificação de ativos e passivos financeiros

i. Avaliação do modelo de negócios

De acordo com a Resolução BCB nº 352/2023, a classificação dos instrumentos financeiros depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. Os ativos financeiros podem ser administrados com o propósito de obter fluxos de caixa contratuais; obter fluxos de caixa contratuais e negociação; ou outros.

Para avaliar os modelos de negócios, a Wise IP considera a natureza e o propósito das operações e os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios; e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração.

ii. Avaliação para determinar se os fluxos de caixa contratuais se referem exclusivamente a pagamento de principal e dos juros (“teste de SPPI”)

Quando o ativo financeiro é mantido no modelo de negócios para obter fluxo de caixa contratuais ou obter fluxo de caixa contratuais de venda é necessário realizar um teste de SPPI.

Esse teste avalia se os fluxos de caixa gerados pelo instrumento financeiro constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito, os fluxos de caixa devem incluir apenas contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito.

iii. Custo Amortizado (“CA”)

Um ativo financeiro, desde que não designado ao valor justo através do resultado no reconhecimento inicial, é mensurado ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem encontradas:

- 1- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é o de manter ativos com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais;
- 2- Os termos contratuais do ativo financeiro representam fluxos de caixa contratuais que representam apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

iv. Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (“VJORA”)

Ativos financeiros administrados tanto para obter fluxos de caixa constituídos apenas de pagamentos de principal e juros, quanto para a venda. São registrados nessa categoria, os instrumentos que atendam cumulativamente aos seguintes critérios:

- 1- O ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios; e
- 2- Os fluxos de caixa futuros contratualmente previstos constituem-se somente em pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal, em datas especificadas.
- 3- Os ganhos e perdas decorrentes das alterações no valor justo e as provisões para perdas esperadas são contabilizados no patrimônio líquido, na rubrica “Outros resultados abrangentes”.

v. Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado (“VJR”)

Ativos que não atendem os critérios de classificação das categorias anteriores.

vi. Passivo Financeiro

Conforme previsto na Resolução BCB nº 352/2023, devemos classificar os passivos financeiros na categoria de custo amortizado, exceto nos casos em que o passivo financeiro seja classificado como “valor justo por meio do resultado” ou designado como tal, como abaixo:

- 1- Derivativos que sejam passivos, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado;
- 2- Passivos financeiros gerados em operações que envolvam o empréstimo ou aluguel de ativos financeiros, os quais devem ser classificados na categoria valor justo no resultado;
- 3- Passivos resultantes de transferência de ativos VJR não qualificados para baixa;
- 4- Garantia financeira: maior entre provisão para perdas associadas ao risco de crédito, e o valor justo no reconhecimento inicial menos o valor acumulado da receita reconhecida de acordo com a regulamentação específica;
- 5- Contratos híbridos.

vii. Taxa de Juros Efetiva ("TJE")

É a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo financeiro ou passivo financeiro ao valor contábil bruto de um ativo financeiro (ou seja, seu custo amortizado antes de qualquer provisão para redução ao valor recuperável) ou ao custo amortizado de um passivo financeiro.

viii. Provisão para perdas associadas ao risco de crédito

Dentro dos critérios estabelecidos para mensuração da provisão para perdas associadas ao risco de crédito, devem ser consideradas as perdas incorridas dos instrumentos financeiros, conforme definidos pela Resolução BCB nº 352/2023, art. 76, para operações adimplidas e inadimplidas. Adicionalmente, a resolução dispensa a Wise IP, por ser uma sociedade classificada na segmentação do Banco Central do Brasil como S4, da aplicação da metodologia completa de apuração da provisão para perdas associadas ao risco de crédito, porém deve constituir provisão adicional de acordo com tipo de carteira e os percentuais definidos na resolução.

A Wise utiliza uma metodologia interna para apurar perdas por *chargeback*. Quando um estorno resulta em prejuízo para a empresa, os valores não recuperados são categorizados como contas a receber e são baixados da contabilidade com base no seu tempo de atraso. Mensalmente, a Wise realiza um ajuste contábil para registrar esses valores no balanço patrimonial e criar uma provisão para perdas associadas ao risco de outros créditos.

As aplicações em operações compromissadas e demais aplicações financeiras são classificadas pelo modelo de negócio como mensuradas ao custo amortizado conforme definido em política da Wise, os riscos de créditos são considerados nulos ou sem efeito material uma vez que o lastro das operações compromissadas são em títulos públicos e as demais aplicações financeiras estão em instituições de primeira linha com disponibilidade imediata.

ix. Definição de Ativo Problemático e Stop Accrual

A Resolução BCB nº 352/2023 estabelece que um ativo é denominado com problema de recuperação de crédito (ativo problemático) quando ocorrer atraso superior a 90 dias no pagamento do principal ou de encargos; ou indicativo de que a respectiva obrigação não será integralmente honrada nas condições pactuadas, sem que seja necessário recorrer a garantias ou a colaterais. Além disso, a referida resolução, no Artigo 17, proíbe o reconhecimento, no resultado do período, de qualquer receita ainda não recebida relacionada a ativos financeiros com problemas de recuperação de crédito, em um procedimento conhecido como Stop Accrual, ou seja, o reconhecimento de juros é interrompido. Não há impactos referentes a este tópico para a Companhia.

x. Baixa do Ativo Financeiro

Conforme requerido pela Resolução BCB nº 352/2023, um ativo financeiro deve ser baixado em virtude de perdas associadas ao risco de crédito caso não seja provável que a instituição recupere o seu valor.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros – "impairment": São realizadas avaliações anuais para garantir que o valor contábil dos nossos ativos não exceda seus valores de recuperação. Perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros que não são avaliados a valor justo são reconhecidas imediatamente, assim que houver evidência objetiva de perda. Nesses casos, o valor contábil dos ativos é reduzido e o valor excedente é lançado como despesa no resultado do exercício.

Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros – O valor justo é definido como o preço que seria recebido por um ativo ou pago para transferir um passivo em uma transação entre participantes de mercado na data da sua mensuração. A orientação contábil do valor justo fornece uma hierarquia de valor justo em três níveis para a classificação de instrumentos financeiros. Essa hierarquia é baseada nos mercados em que os ativos e passivos são negociados e se os dados para as técnicas de avaliação usadas para mensurar são observáveis ou não observáveis.

Informações de Nível 1 - são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.

Informações de Nível 2 - são informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.

Informações de Nível 3 - são dados não observáveis para o ativo ou passivo. Dados não observáveis devem ser utilizados para mensurar o valor justo na medida em que dados observáveis relevantes não estejam disponíveis, admitindo assim situações em que há pouca ou nenhuma atividade de mercado para o ativo ou passivo na data de mensuração. Contudo, o objetivo da mensuração do valor justo permanece o mesmo, ou seja, preço de saída na data de mensuração do ponto de vista do participante do mercado que detém o ativo ou deve o passivo.

g) Resultado recorrente e não recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde às atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros.

A natureza e o efeito financeiro dos eventos considerados como recorrente e não recorrentes estão evidenciados na nota explicativa 23.

h) Lucro por quota

O lucro por quota é calculado com base na quantidade de quotas em circulação no encerramento do semestre/exercício.

i) Ativos e Passivos Contingentes

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais é efetuado de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução BCB nº 09/2020 e alterações da Resolução BCB 367/2024, da seguinte forma:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências suficientes que assegurem elevado grau de confiabilidade de realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.
- Passivos Contingentes: decorrem basicamente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos, em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e outros riscos. Essas contingências são avaliadas por assessores legais e levam em consideração a probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança. As contingências trabalhistas são classificadas como prováveis, para as quais são constituídas provisões; possíveis, que somente são divulgadas sem que sejam provisionadas; e remotas, que não requerem provisão e divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.
- Obrigações legais - fiscais: são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, que tem os seus montantes integrais reconhecidos contabilmente.

j) Reconhecimento de Receitas e Despesas

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos e outras deduções similares.

A principal linha de receita provém das receitas com manutenção das contas multimoeda em reais e receita de intercâmbio das compras com cartões Wise realizadas no país.

As receitas incluem transações com partes relacionadas no exterior para as quais são observadas as regras de Preços de Transferências no Brasil trazidas pela Lei nº 14.596 de 14 de junho de 2023, a qual adequou o Brasil às diretrizes da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico - (OCDE). A Wise Brasil Instituição de Pagamentos passou a adotar a prática de Preço de Transferência (Transfer Pricing) em suas operações a partir de 2024.

Da mesma forma as despesas administrativas incluem rateio de despesas (*Cost allocation*) junto a Wise Brasil Corretora de Câmbio Ltda., líder do conglomerado Wise Brasil, de modo que as despesas nas quais ambas as entidades se beneficiam passaram a ser divididas proporcionalmente ao serviço recebido por entidade.

4. Caixa e equivalentes de Caixa

Disponibilidades	31/12/2025
Depósitos Bancários ¹	52.921
Total	52.921

¹ Refere-se a depósito de valores em moeda nacional em instituições financeiras.

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

31/12/2025

Carteira Própria	
Aplicações no Mercado Aberto (Operações compromissadas) ¹	972.867
Total	972.867

¹ Aplicação em títulos de liquidez diária com remuneração indexada em título com lastro público em condições de mercado, classificada como mensurada ao custo amortizado conforme definido em política interna e registrada no ativo circulante.

6. Títulos e Valores Mobiliários

Carteira Própria	31/12/2025	
	Valor ao custo amortizado	Valor a Mercado
Aplicações Financeiras – CDB ¹	11.808	11.808
Total	11.808	11.808

¹ É composta por aplicação em títulos de liquidez diária com remuneração percentual do CDI em condições de mercado, classificada como mensurada ao custo amortizado conforme definido em política interna e, registrada no ativo circulante independente do seu prazo de vencimento, junto a bancos de primeira linha.

7. Outros Ativos Financeiros

	31/12/2025
Devedores Diversos ¹	103.990
Provisão para Perdas ²	(1.013)
Total	102.977

¹ Corresponde substancialmente a Incentivos (Rebates) de Bandeira Cartão, R\$ 121.136 em 31 de dezembro de 2025, líquidos de recursos em trânsito no valor de R\$ 18.005.

² A Wise IP não realiza operações de crédito, provisão refere-se a perdas esperadas relacionadas ao risco operacional.

8. Ativos e Obrigações Fiscais Correntes e Diferidos

	31/12/2025
Ativo Fiscal Corrente	
IRPJ recolhido por Estimativa	5.961
CSLL recolhido por Estimativa	2.174
Imposto de Renda a Recuperar	16.817
Outros Impostos e Contribuições a Recuperar	66
Total	25.018
Ativo Fiscal Diferido	
IRPJ Diferido	2.108
CSLL Diferido	983
Total	3.091
Passivo Fiscal Corrente	
Provisão para impostos e Contribuições sobre Lucros	5.650
Provisão IRPJ	4.148
Provisão CSLL	1.502
Impostos e Contribuições a Recolher	2.797
Impostos e Contribuições sobre Serviços de Terceiros	2.797
Outros	1.691
ISS a recolher	34
PIS a recolher	95
COFINS a recolher	546
PIS sobre Preço de Transferência	55
COFINS sobre Preço de Transferência	257
ISS sobre Preço de Transferência	704
Total	10.138

9. Outros Ativos

	31/12/2025
Valores a Receber de Sociedades Ligadas (nota 24) ¹	122.392
Adiantamentos	772
Material em Estoque ²	487
Outros	15
Total	123.666

¹ Refere-se substancialmente a operações de preço de transferência adotada conforme nota 3j.

² Estoque de cartões físicos.

10. Contas de Pagamento Pré-Paga

	31/12/2025
Contas de Pagamentos Pré-Paga ¹	943.920
Total	943.920

¹ Refere-se a saldos dos usuários de cartões.

11. Outros Passivos

	31/12/2025
Credores Diversos ¹	9.397
Receitas Diferidas a Apropriar	6.415
Outras Provisões	1.332
Total	17.144

¹ Refere-se substancialmente à reserva de Saldo contas de pagamentos pré-paga.

12. Provisão para Pagamentos

	31/12/2025
Valores a Pagar Sociedades Ligadas (nota 24) ¹	166.046
Fornecedores Nacionais – Credores Diversos no País ²	131.675
Provisões para Pagamentos a Efetuar	5.049
Provisão para Passivos Contingentes (nota 13)	2.332
Total	305.102

¹ Refere-se à descontos recebidos (rebates) e compartilhados com a Wise Payments Limited, originados junto a bandeira de cartões.

² Refere-se à conta a pagar originados junto a bandeira de cartões.

13. Provisão para Contingências

Os valores das contingências são avaliados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o parecer de consultores jurídicos externos, responsáveis por classificar as ações de acordo com a expectativa de insucesso.

Conforme procedimentos previstos no CPC 25, aprovado pela Resolução nº 09/20 do BCB e da Instrução Normativa BCB nº 319/2022, são constituídas provisões para contingências para processos cíveis com probabilidades de perda provável

Contingências	Saldo em 01/01/2025	Constituição	Reversão	Baixa	Saldo em 31/12/2025
Cíveis ¹	172	2.587	(199)	(270)	2.290
Trabalhista	-	42	-	-	42
Total	172	2.629	(199)	(270)	2.332

¹ Os saldos de contingências cíveis prováveis são constituídos por 44 processos, sendo solicitações de danos materiais e morais.

Os processos classificados como perda possível não são reconhecidos contabilmente, pois, a Administração, com base na avaliação de especialistas jurídicos e nas condições processuais de cada ação, entende que esses processos não produzirão efeitos patrimoniais. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, os saldos de contingências cíveis possíveis são constituídos por 76 processos no valor total de R\$ 1.821 e, os saldos de contingências trabalhistas possíveis são constituídos por 1 processo no valor total de R\$ 16.

14. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2025, o capital social, totalmente subscrito e integralizado da Wise IP, é de R\$ 16.351 representado pelo valor nominal unitário de 1,00 real, dividido em 16.350.892 quotas domiciliado no exterior, sendo inteiramente detido no Reino Unido pela controladora Wise Payments Ltd.

b) Destinação de lucros

O lucro líquido apurado no exercício de 2025, no montante de R\$ 4.229, foi integralmente destinado à absorção parcial do saldo negativo de Prejuízos Acumulados remanescente de exercícios anteriores. Conforme as práticas contábeis adotadas e deliberação da sócia, a compensação de prejuízos precede qualquer alocação para reservas de lucros ou distribuição de dividendos. Eventuais lucros remanescentes em períodos subsequentes, após a total absorção dos prejuízos acumulados, poderão ser destinados à formação de reservas ou distribuídos à sócia, observadas as disposições legais

15. Receitas de Prestação de Serviços

	2º Semestre	31/12/2025
Serviços Prestados à Sociedades Ligadas (nota 24)	57.822	86.182
Receita de Serviço de Pagamento	6.039	10.239
Total	63.861	96.421

16. Resultado de Intermediação Financeiro

	2º Semestre	31/12/2025
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	50.546	83.291
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	26	41
Total	50.572	83.332

17. Despesas com Pessoal

	2º Semestre	31/12/2025
Remuneração ¹	(15.191)	(23.992)
Encargos Sociais	(5.062)	(7.900)
Benefícios	(9.936)	(15.851)
Outros	(111)	(129)
Total²	(30.300)	(47.872)

¹ Referente a salários, férias, 13º salário, Horas extras e bônus.

² Valores referentes a adoção de "Cost allocation" (nota 24).

18. Despesas Gerais Administrativas

	2º Semestre	31/12/2025
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	(8.169)	(18.410)
Processamento de Dados ¹	(9.200)	(17.258)
Transportes e Manuseio de Plástico ²	(6.508)	(11.648)
Serviços tomados junto à Sociedades Ligadas ³	(11.240)	(12.639)
Aluguéis ⁴	(2.097)	(3.421)
Propaganda e Publicidade ⁵	(5.782)	(7.011)
Serviços do Sistema Financeiro	(745)	(1.422)
Outras	(250)	(376)
Total	(43.991)	(72.185)

¹ Valor R\$ 17.252 referentes a adoção de "Cost allocation" (nota 3j).

² Valor R\$ 607 referentes a adoção de "Cost allocation" (nota 3j).

³ Valores referente a adoção das novas regras de Preço de Transferência (nota 3j).

⁴ Valores referentes a adoção de "Cost allocation" (nota 3j).

⁵ Valor R\$ 6.965 referentes a adoção de "allocation" (nota 3j).

19. Despesas Tributárias

	2º Semestre	31/12/2025
Despesa com COFINS	(3.534)	(5.409)
Despesa com ISS	(3.050)	(4.568)
Despesa com PIS/PASEP	(656)	(991)
Despesa com IOF	(4.456)	(4.539)
Demais Impostos	(10)	(11)
Total	(11.706)	(15.518)

20. Despesas com Provisões

	2º Semestre	31/12/2025
Contingência (notas 13 e 3i)	(1.703)	(2.431)
Outras Provisões - Multas	-	(1.000)
Total	(1.703)	(3.431)

21. Outras Receitas/(Despesas) Operacionais Líquidas

	2º Semestre	31/12/2025
Reembolso de Custos Operacionais ⁽¹⁾	20.661	84.353
Resultado de Operações dos Cartões Junto a Bandeira ⁽²⁾	(7.403)	(59.496)
Remuneração da Conta Pré-Paga	(33.822)	(56.704)
Variação Cambial Ativa	1.217	2.761
Variação Cambial Passiva	(1.214)	(2.727)
Outras	294	172
Total	(20.267)	(31.641)

¹ Refere-se ao reembolso dos custos relacionados ao produto cartão realizado pela Wise Payment Limited.

² Refere-se substancialmente a custos relacionados à Bandeira.

22. Imposto de Renda e Contribuição Social

a. Demonstrações do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	2º Semestre	31/12/2025
Lucro Antes dos Impostos	6.466	9.106
Adições Permanentes	744	1.694
Adições Temporárias ¹	6.951	10.258
Exclusões Temporárias	(234)	(234)
Compensação do Prejuízo Fiscal e Base Negativa	(2.069)	(4.137)
Base de Cálculo	11.858	16.687
Imposto de Renda	2.953	4.148
Contribuição Social	1.067	1.502

¹ Refere-se às provisões com os custos dos plásticos utilizados na confecção de cartões

b. Composição da rubrica de resultado de imposto de renda e contribuição social

	2º Semestre	31/12/2025
Tributos Diferidos		
Constituição/ (reversão) de crédito tributário sobre adições/exclusões temporárias líquidas	1.469	2.179
Constituição/ (reversão) de base negativa de CSLL	(186)	(372)
Constituição/ (reversão) de prejuízo fiscal	(517)	(1.034)
Total de impostos e contribuições diferidos	766	772
Impostos e contribuições correntes		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(4.020)	(5.649)
Total de imposto de renda e contribuição social do semestre/ exercício	(3.254)	(4.877)

c. Ativo Fiscal Diferido

Em 31 de dezembro de 2025, os créditos tributários foram registrados de acordo com os critérios contábeis emanados do Banco Central do Brasil, considerando a expectativa de realização, o histórico de rentabilidade da Instituição de Pagamentos e a expectativa de geração de lucros tributáveis em períodos subsequentes. Os valores de maior relevância dos créditos tributários sobre diferenças temporárias foram constituídos sobre provisões, bem como Prejuízo Fiscal e Base Negativa de Contribuição Social que se referem a economia tributária gerada a partir de uma base de cálculo negativa em exercícios anteriores. Os créditos tributários, calculados sobre as adições temporárias líquidas e Prejuízo Fiscal e Base Negativa de Contribuição Social, foram constituídos considerando a alíquota total de 25% IRPJ e 9% CSLL nos termos da legislação vigente. Em decorrência da majoração da CSLL, conforme previsto na LC 224/2025, procedeu-se à readequação da alíquota aplicável aos créditos de CSLL, observando-se: alíquota de 12% para os valores cuja realização está prevista entre abril e dezembro de 2027; alíquota de 15% para os valores cuja realização ocorrerá a partir de 2028, refletindo na mensuração dos ativos fiscais diferidos, os efeitos das alterações normativas vigentes para os períodos futuros de realização.

A constituição do crédito tributário está condicionada à expectativa de realização. Dessa forma, não foi constituído crédito tributário sobre a provisão de pagamentos em ações, no montante de aproximadamente R\$ 2.882 em dezembro de 2025, em razão da pendência de definição quanto a data de sua realização.

	31/12/2024	Constituição	Reversão/ Realização	31/12/2025
Prejuízo fiscal	1.034	-	(1.034)	-
Base negativa de CSLL	372	-	(372)	-
Diferenças temporárias	912	2.179	-	3.091
Total de créditos tributários	2.318	2.179	(1.407)	3.091

d. Expectativa de realização do crédito tributário

	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total
1º ano	432	155	587
2º ano	1.485	713	2.198
3º ano	191	115	305
Total	2.108	983	3.091

O cálculo da expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos da entidade, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.842/2020, fundamenta-se na projeção de lucros tributáveis para o horizonte de 2026 a 2028. Essa projeção baseia-se na metodologia de *transfer pricing* implementada em 2024, que garante o reembolso dos custos operacionais pela matriz estrangeira acrescido de um *mark-up* de 12%, assegurando a geração sistemática de base tributável para IRPJ e CSLL.

23. Resultado Recorrente e Não Recorrente

De acordo com a Resolução BCB nº 2/2020 (Artigo 34) e política de avaliação e mensuração de eventos não recorrentes da Instituição, destacamos que nosso resultado contábil recorrente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de lucro líquido de R\$ 4.229. Não houve resultado não recorrente para o exercício.

	2º Semestre	31/12/2025
Resultado Recorrente	3.212	4.229
Resultado Não Recorrente	-	-
Total	3.212	4.229

24. Partes Relacionadas

A Wise IP é controlada pela Wise Payments Limited, tem suas operações e remuneração de serviços com partes relacionadas realizadas no curso normal dos negócios.

As operações realizadas entre partes relacionadas, são divulgadas em atendimento à Resolução BCB nº 02/2020, observado o Pronunciamento Técnico CPC 05 - Divulgação de Partes Relacionadas, aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

	31/12/2025
Ativo	
Ativo Circulante	122.392
Outros Ativos (nota 9) ¹	122.392

Passivo	
Passivos Circulante	166.046
Provisão para Pagamentos (nota 12) ^{1,2}	166.046
Resultado	31/12/2025
Receitas Operacionais	86.182
Receita de Prestação de Serviço (nota 15) ¹	86.182
Despesas Operacionais	71.714
Despesas Gerais e Administrativas (nota 18)	(12.639)
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais Líquidas (nota 21) ¹	84.353

¹ Corresponde a operações junto a Wise UK Payments Limited, empresa controladora.

² Incluem as operações junto a Wise Brasil Corretora de Câmbio Ltda, empresa ligada, no montante de R\$ 52.439.

25. Gerenciamento de Riscos

A Wise adota uma abordagem proativa e estratégica para a gestão de riscos, reconhecendo que uma gestão eficaz é essencial para alcançar os objetivos estratégicos e a missão da companhia. O gerenciamento de riscos na Wise é fundamental para garantir a resiliência operacional e financeira necessária integrada à sua missão, para construir a melhor maneira de mover e gerenciar o dinheiro pelo mundo.

A estrutura de gerenciamento de riscos da Wise Brasil está alicerçada no *Enterprise Risk Management Framework* (ERMF) global, adaptado localmente para atender aos requisitos regulatórios do Banco Central do Brasil (BCB), garantindo conformidade com as resoluções vigentes. Adota-se o modelo de três linhas de defesa para assegurar a efetividade do gerenciamento e uma visão abrangente dos controles.

As estruturas de Gerenciamento de Riscos, Capital e Controles Internos da Wise Brasil estão alinhadas aos requisitos regulatórios brasileiros, especialmente à Resolução BCB nº 265/2022. A Wise Brasil é classificada como um conglomerado financeiro do Tipo 3, enquadrado no Segmento 4 (S4), conforme a Resolução BCB nº 436/24.

A seguir são apresentados os riscos gerenciados pela Wise Brasil:

- Risco de Mercado:** A Wise Brasil é afetada pelo risco de mercado primordialmente devido à variação cambial inerente ao seu modelo de negócio transfronteiriço. A empresa adota a estratégia de fechar sua posição de câmbio diária em valores próximos a zero, ou em conformidade com os limites de apetite definidos, minimizando a exposição. Monitora-se diariamente a posição final para garantir o estrito cumprimento da Resolução BCB nº 277/22, que limita a posição vendida. Além disso, a Wise não mantém estoque físico de moedas estrangeiras.
- Risco Operacional:** O monitoramento contínuo do risco operacional visa manter a operação disponível 24/7. A partir de 1º de janeiro de 2025, a Wise Brasil passou a apurar a parcela dos ativos ponderados pelo risco operacional (RWAOPAD) utilizando a Abordagem Padronizada, em conformidade com a Resolução BCB nº 356/2023. A instituição aplica a regra de transição prevista no art. 19 da referida norma para mitigar impactos da mudança metodológica, assegurando convergência gradual ao novo padrão de capital.
- Risco de Liquidez:** A gestão de liquidez prioriza a segurança e a disponibilidade de recursos. Os procedimentos incluem:
 - Identificação e Monitoramento: Controle em diferentes horizontes de tempo, incluindo intradia;
 - Estoque de Ativos Líquidos: Manutenção de ativos de alta liquidez (HQLA) para suportar cenários de estresse e obrigações de salvaguarda;
- Risco de Crédito:** A Wise Brasil não possui carteira de crédito, ou seja, não concede empréstimos a clientes. A exposição ao risco restringe-se ao risco de contraparte decorrente do relacionamento com outras instituições financeiras ou não, incluindo contas em moeda estrangeira, recebíveis, contas em reais e investimentos de liquidez. A Wise Brasil conta com metodologia da sede do grupo que classifica e acompanha o risco de contraparte do grupo Wise de forma centralizada
- Gerenciamento de Capital:** Ao longo do exercício de 2025, a Wise Brasil manteve índices de capital robustos, confortavelmente acima dos mínimos regulatórios. Em dezembro de 2025, o Índice de Basileia atingiu 20,45%. A gestão de capital conta com políticas aprovadas, Plano de Capital, Programa de Testes de Estresse e Plano de Contingência.
- Gerenciamento de Risco Social, Ambiental e Climático:** A gestão desses temas é norteadada pela Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC), em conformidade com a Resolução BCB nº 331/23.
- Risco de Compliance e Controles Internos:** O risco de compliance é gerenciado por equipe independente que atua como segunda linha de defesa. A Wise Brasil segue procedimentos de controles internos de acordo com a Resolução BCB nº 260/2022, focando nos processos críticos para manter a matriz de riscos atualizada.

26. Rateio de Custos (Cost Sharing)

Em janeiro de 2024, a Wise Brasil Instituição de Pagamento Ltda., firmou contrato de rateio de despesas (Cost sharing) junto a Wise Brasil Corretora de Câmbio Ltda., líder do conglomerado Wise Brasil, de modo que as despesas nas quais ambas as entidades se beneficiam passaram a ser divididas proporcionalmente ao serviço recebido por entidade.

27. Preço de Transferência (Transfer Pricing)

Em janeiro de 2024, devido as novas regras de Preços de Transferência no Brasil na Lei nº 14.596 de 14 de junho de 2023, a qual adequa o Brasil às diretrizes da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico - (OCDE), a Wise Brasil Instituição de Pagamento Ltda passou a adotar a prática de Preço de Transferência (Transfer Pricing) em suas operações.

28. Outras informações

Reforma Tributária Brasileira

Em dezembro de 2023 foi promulgada a Emenda Constitucional que introduziu a Reforma Tributária sobre o consumo no Brasil, posteriormente regulamentada pela Lei Complementar 214/2025 e, pelo ainda em tramitação, Projeto de Lei Complementar 108/2024. A reforma substituirá gradualmente o ICMS, ISS, IPI, PIS e COFINS por três tributos de base ampla sobre valor agregado: o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS). O IBS será de competência compartilhada entre Estados e Municípios, a CBS terá abrangência federal e o IS assumirá função regulatória, incidindo sobre bens e serviços específicos. A vigência plena está prevista para 2033, com fase de transição entre 2026 e 2032.

A reforma tem como objetivo simplificar o sistema tributário, baseado na tributação no destino, a não cumulatividade, a legislação nacional única e a gestão centralizada por meio do Comitê Gestor do IBS, em substituição à diversidade de regras vigentes. Durante o período de transição, as entidades devem avaliar os efeitos na mensuração e apresentação de ativos e passivos tributários, inclusive quanto à recuperabilidade de créditos de ICMS, PIS e COFINS sob o novo regime.

Do ponto de vista contábil, a reforma exigirá a reavaliação dos critérios de reconhecimento, mensuração e apresentação dos tributos sobre o consumo. As entidades deverão avaliar a recuperabilidade dos créditos acumulados sob o regime antigo, considerando a possibilidade de compensação no novo sistema ou eventual perda de direito creditório.

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) estão atualmente analisando os potenciais impactos contábeis trazidos pela reforma, sem nenhuma manifestação formal até a presente data. Enquanto isso, as entidades devem monitorar os efeitos potenciais sobre suas demonstrações financeiras e divulgar nas notas explicativas as principais incertezas e julgamentos envolvidos.

29. Eventos Subsequentes

Até a data de emissão das demonstrações financeiras, não ocorreram eventos subsequentes relevantes que exigissem ajustes ou divulgações adicionais nas demonstrações financeiras.

Documento assinado digitalmente
gov.br RICARDO SILVA AMARAL
Data: 26/03/2026 18:25:45-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Documento assinado digitalmente
gov.br THAIS ROMANO CANÇADO SILVA
Data: 27/03/2026 15:26:41-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

RICARDO SILVA AMARAL
Diretor de Operações e Diretor Financeiro (interino)

THAIS ROMANO CANÇADO SILVA
Contadora
CRC 1 SP 198.160/O-0